

# Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1. Um Pensamento Complexo não dualista para uma Justiça Ecológica: a necessária mudança de Paradigma .....</b>	<b>5</b>
1.1 A crise ecológica como crise civilizatória na época do Antropoceno e as limitações das instituições jurídico-políticas estabelecidas na modernidade .....	6
1.1.1 A crise ecológica e o Antropoceno: uma crise civilizatória .....	6
1.1.2 A crise da razão moderna e as repercussões sobre a Ética, a Política e o Direito .....	11
1.1.3 As limitações do Estado e do sistema jurídico de matriz moderna para o enfrentamento da crise ecológica .....	13
1.2 A mudança de paradigma científico: uma nova epistemologia a orientar a compreensão sobre a relação homem/natureza .....	17
1.2.1 As revoluções científicas e a mudança de paradigma .....	17
1.2.2 A relevância do sistemismo no processo de mudança paradigmática .....	20
1.2.3 O Direito como um sistema ordenador no “Sistema-Mundo” .....	22
1.3 Edgar Morin e o método para o Pensamento Complexo como chave de compreensão da emergência da concepção de Justiça Ecológica .....	28
1.3.1 O Pensamento Complexo enquanto método para tempos de incerteza .....	28
1.3.2 Os princípios do Pensamento Complexo .....	34

1.3.3 Justiça e ecologia na ambivalência e as perspectivas de uma “Sociedade-Mundo” .....	38
1.4 A ética ecológica e a concepção de Justo .....	44
1.4.1 Ética e ciência na modernidade e o destino do Antropoceno .....	44
1.4.2 Antropocentrismo, biocentrismo ou ecocentrismo: que interesses proteger? .....	46
1.4.3 Os valores do cuidado, da responsabilidade e da alteridade: vetores éticos para uma nova concepção de Justo .....	53
1.5 O ressurgimento do “político” no contexto da crise ecológica do Antropoceno .....	60
1.5.1 A “política” e o “político” .....	61
1.5.2 A “Micropolítica” de Félix Guattari e conceitos correlatos .....	64
1.5.3 A perspectiva “Cosmopolítica” .....	70
1.6 Considerações finais do capítulo .....	74
<b>Capítulo 2. Ecologia Política – território de emergências por uma “outra” Justiça .....</b>	<b>77</b>
2.1 A ecologia política como dinâmica e contexto para o surgimento da Justiça Ecológica .....	78
2.1.1 Ecologia Política: conceito e correntes .....	79
2.1.2 Ecologia e pluralismo .....	82
2.1.3 Que “Outros” importam à perspectiva ecológica de Justiça? .....	85
2.1.4. Ecologia em movimento – um pluriverso .....	91

2.2	Sujeitos e subjetividades da ecologia política e suas práticas de re-existência biopolítica na América Latina .....	95
2.2.1	Subjetividades e devires insurgentes no contexto latino-americano: indígenas, mulheres, negros e populações tradicionais .....	96
2.2.2	Diversidade cultural e biodiversidade na resiliência à crise civilizatória.....	107
2.2.3	Justiça “territorializada” e as cidadanias plurais .....	113
2.3	O direito e a crítica ecológica: um apelo ao “comum” .....	118
2.3.1	O Direito moderno e as ferramentas biopolíticas de apropriação e controle .....	119
2.3.2	Proposições alternativas sobre o “comum” para pensar o Direito .....	122
2.3.3	A complexidade do “comum” e o Direito .....	129
2.4	O constitucionalismo latino-americano e os Direitos da Natureza .....	134
2.4.1	“Buen Vivir” e “Pachamama” reconfigurando a ideia de Justiça como princípios éticos e práticas de existência: uma virada ontológica.....	135
2.4.2	O processo constituinte do Equador e da Bolívia – entre avanços e controvérsias .....	139
2.4.3	A construção do “comum” político e do conhecimento nas constituintes andinas e o processo de “tradução” .....	142
2.5	A alternativa ecofeminista: um novo olhar sobre a Justiça .....	147
2.5.1	Feminismos e ecofeminismo nas Epistemologias do Sul.....	147
2.5.2	Justiça, Moral e Direito sob a perspectiva da ética do cuidado....	151

2.5.3 O cuidado ecofeminista – entretecendo a casa comum..... 154

2.6 Considerações finais do capítulo ..... 158

**Capítulo 3. A noção de Justiça Ecológica e as Teorias de Justiça contemporâneas.....161**

3.1 Justiça Ecológica e Justiça Ambiental – interfaces ..... 161

3.1.1 A Justiça Ambiental na Ecologia Política ..... 162

3.1.2 Desdobramentos da Justiça Ambiental – e o direito ao meio ambiente como um Direito Humano no Antropoceno ..... 165

3.1.3 Da Justiça Ambiental à Justiça Ecológica – mudança de paradigma e marcos teóricos..... 171

3.2 A Justiça Ecológica e a abordagem da Justiça Distributiva..... 178

3.2.1 A Teoria de Justiça de John Rawls ..... 179

3.2.2 Ressalvas eco-lógicas à teoria de Rawls ..... 181

3.2.3 Desafios teóricos para conceber a Justiça Ecológica pela via dos direitos a partir da concepção liberal de Justiça de Rawls ..... 186

3.3 Reconhecimento, participação e capacidades: como integrar as novas abordagens da Justiça na concepção de Justiça Ecológica complexa ....190

3.3.1 Reconhecimento e representação – o espaço do político e a superação do dualismo moderno ..... 191

3.3.2 Participação e pluralismo jurídico – um desafio dialógico .....200

3.3.3 Capacidades e dimensões do humano e da não humana natureza ...208

3.4 Reconhecimento do Outro não humano da natureza para um novo contexto democrático ..... 212

3.4.1 Os aspectos jurídico-políticos da representação na Justiça Ecológica: uma questão de tradução?.....	212
3.4.2 O reconhecimento como eixo crítico da concepção de Justiça Ecológica.....	218
3.4.3 Ampliando a esfera pública por uma outra democracia.....	221
3.5 A Justiça Ecológica e os julgados paradigmáticos que trazem a natureza como sujeito de direitos.....	226
3.5.1 As decisões da Corte Suprema de Justiça da Colômbia – o Rio Atrato e a Amazônia colombiana.....	226
3.5.2 O rio Whanganui – Nova Zelândia, e os glaciares Himalayan Gangotri e Yamunotri – Índia, sujeitos de Direito.....	232
3.5.3 Os rios Alpayacu e Vilcabamba sujeitos de direitos no contexto da constitucionalidade do Equador.....	237
3.5.4 O que revela a jurisprudência analisada sobre a Justiça Ecológica.....	240
3.6 Considerações finais do capítulo.....	245
<b>Capítulo 4. Justiça Ecológica: territorialidades e emergências de uma Justiça para a Alteridade .....</b>	<b>249</b>
4.1 A complexidade do Direito e a Justiça Ecológica.....	249
4.1.1 Perspectivas sobre o Direito na complexidade.....	250
4.1.2 Da necessidade de uma postura crítica ecosófica para a recomposição do tecido complexo do socius e do comum instituinte – de onde provém o Direito.....	255
4.1.3 Alternativas de transição para um Direito ecologizado.....	261
4.2 Limites e possibilidades de uma Justiça dialógica.....	267

4.2.1 Dos critérios de equidade da Justiça Ecológica plural.....	268
4.2.2 A Justiça revisitada segundo a ética do cuidado ecofeminista .	272
4.2.3 Retribuição e gratuidade: novas bases para uma Sociedade-Mundo .....	277
4.3 A revolução micropolítica que se insurge re-significando e ecologizando a ideia de Justiça.....	281
4.3.1 A defesa da vida como interesse comum frente ao biopoder ....	281
4.3.2 A multidimensionalidade micropolítica: territórios, devires e afetos.....	283
4.3.3 A dinâmica da micropolítica ecológica e o giro ontológico como pré-requisitos para uma Justiça Ecológica .....	288
4.4 Saberes do pluriverso e as ecológicas instituintes .....	292
4.4.1 Democracia cognitiva: uma via para uma ecológica não dualista? .....	293
4.4.2 As tessituras do “comum” para um outro sentido de comunidade .....	298
4.4.3 As ecológicas instituintes como vias de transformação social e de Justiça para todo “Outro” humano e não humano da natureza .....	302
4.5 A emergência da concepção de uma Justiça Ecológica para a alteridade: uma Justiça pluriversal que se inscreve na complexa realidade.....	307
4.5.1 A Justiça conforme o paradigma ecológico: ontologicamente plural e epistemologicamente complexa .....	308

4.5.2 A ecologia política como meio de práticas micropolíticas e cosmopolíticas de onde emerge a concepção de Justiça Ecológica.....	313
4.5.3 Justiça Ecológica: um desafio ético-político-jurídico pela preservação da comunidade de vida terrestre .....	318
4.6 Considerações finais do capítulo .....	323
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>327</b>
<b>Referências.....</b>	<b>333</b>
<b>Glossário.....</b>	<b>373</b>